



CARGO: ADMINISTRADOR

QUESTÕES: 30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Os pilares do pensamento administrativo. A Escola Clássica de Administração e o Movimento da Administração Científica. A Escola de Relações Humanas. Teorias sobre Motivação e Liderança. Da Administração de Recursos Humanos à Gestão de Pessoas. Os Processos Decisórios nas Organizações e o Modelo Carnegie. O Estruturalismo e a Teoria da Burocracia. O Estruturalismo e a Teoria da Burocracia. A Teoria dos Sistemas Abertos e a Perspectiva Sociotécnica das Organizações. O Sistema e a Contingência. O Desenvolvimento Organizacional. Visão Transversal da Teoria Geral da Administração: A Evolução dos Conceitos Relacionados ao “Homem”, à “Organização” e ao “Meio Ambiente”. A Cultura Organizacional. A Aprendizagem Organizacional. O Poder nas Organizações. Teorias Ambientais. Psicanálise Organizacional e Psicodinâmica, Pós-Modernidade e Tendências Futuras nos Estudos Organizacionais.
2. As origens da teoria organizacional: análise das teorias e de conceitos centrais. Os estudos das teorias das organizações. A estrutura das organizações. A organização no seu ambiente. A gestão das organizações. O processo decisório nas organizações. As pessoas nas organizações. Mudança e aprendizagem organizacional.
3. Gestão de Processos. Evolução da administração e das empresas e as consequências na administração de processos. Abordagens e amplitudes da administração de processos. Desenvolvimento e implementação de processos administrativos. Interligação de processos com outros instrumentos administrativos.
4. Gestão Pública, Governabilidade, Governança e Accountability: desafio da gestão pública no mundo contemporâneo. Efeitos das mudanças de paradigmas na Administração Pública brasileira. Burocracia, cultura organizacional e reforma na Administração Pública. O processo de modernização da Administração Pública. Governabilidade, governança e accountability. Ética e moral na Administração Pública. Reforma do Estado e transparência no Brasil. Planejamento e Gestão Estratégica: Organização da Administração Pública no Brasil. Planejamento e gestão estratégica: conceitos e ferramentas. Planejamento estratégico: uma visão do setor público no Brasil. Compreensão e Funcionamento da Administração Pública no Brasil: Gestão pública empreendedora. Inovação institucional do setor público brasileiro. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil.
5. A utilização das metáforas para ler e compreender a organização. As organizações vistas como máquinas. As organizações vistas como organismos. As organizações vistas como cérebros. As organizações vistas como culturas. As organizações como sistemas políticos. As organizações vistas como prisões psíquicas. A organização como fluxo e transformação. As organizações como instrumentos de dominação. O aprendizado da arte na análise organizacional. Imaginização - organização como um modo de pensar.
6. Processo orçamentário: Sistemas e processo orçamentário. Elaboração da proposta orçamentária. Discussão, votação e aprovação da Lei do Orçamento. Execução orçamentária e financeira. Controle e avaliação da execução orçamentária.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR – COPEVE

EDITAL Nº 645, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2018

GIACOMONI, J. Orçamento público. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORGAN, G.; BERGAMINI, C. W.; CODA, R. Imagens da organização. 1. ed. 15. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, D. P. R. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PUGH, D.; HICKSON, D. J. Os teóricos das organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2004.



CARGO: AUDITOR

QUESTÕES: 30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos básicos de Auditoria.
2. Tipos de Auditoria.
3. Amostragem de Auditoria.
4. Testes empregados em Auditoria.
5. Papéis de Trabalho.
6. Planejamento de Auditoria.
7. Processo de Auditoria.
8. Relatórios de Auditoria.
9. Auditoria das Demonstrações Contábeis.
10. Objetivos Gerais do Auditor Independente.
11. Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria.
12. Documentação de Auditoria.
13. Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude.
14. Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria.
15. Evidência de Auditoria.
16. Conceitos, definição e funções do controle interno na organização.
17. Aplicabilidade do conceito de controle interno à gestão pública.
18. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
19. Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.
20. Controle Externo.
21. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.
22. Características qualitativas da informação contábil-financeira útil.
23. Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas: Conceitos, Classificação, Mensuração, Reconhecimento e Divulgação.
24. Licitações e contratos na Administração Pública.
25. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
26. Variações Patrimoniais.
27. Variações Ativas e Passivas.
28. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
29. Constituição Federal: Título VI – Capítulos I e II. Lei nº 4.320/1964.
30. Lei Complementar nº 101/2000.
31. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.
32. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras.
33. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público.
34. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA.
35. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa.
36. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil.
37. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal.



SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, W. *Auditoria interna*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D93872.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e



aos municípios. 7. ed. 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasep>>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência de Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 9, de 09 de outubro de 2018. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINIT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-9-de-9-de-outubro-de-2018.pdf/view>>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência de Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_03_2017.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de Auditoria Operacional. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D8D5AA6014D8D8277322DA6>>. Acesso em 31 out. 2018.

CARVALHO NETO, A. A.; DE FREITAS, C. A. S.; CRUZ, I. B.; AKUTSU, L. *Auditoria governamental*. Tribunal de Contas da União: Brasília, 2011. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC N.º 1.374/11. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 200 (R1) – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf)>. Acesso em 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 210 (R1) – Concordância com os termos do trabalho de auditoria. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA210\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA210(R1).pdf)>. Acesso em 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 230 (R1) – Documentação de auditoria. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA230\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA230(R1).pdf)>. Acesso em 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR – COPEVE

EDITAL Nº 645, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240(R1).pdf)>. Acesso em 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 320 (R1) – Materialidade no planejamento e na execução da auditoria. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA320\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA320(R1).pdf)>. Acesso em 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 500 (R1) – Evidência de auditoria. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA500\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA500(R1).pdf). Acesso em: 31 out. 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>>. Acesso em 31 out. 2018.



CARGO: CONTADOR

QUESTÕES: 30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sistema Tributário Nacional.
2. Normas Gerais de Direito Tributário.
3. Competência tributária. Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Contribuições Especiais e Empréstimos Compulsórias.
4. Imposto de Renda: Tributação das Pessoas Jurídicas.
5. Obrigações Acessórias.
6. Plano de Contas.
7. Lançamentos Contábeis.
8. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.
9. Características qualitativas da informação contábil-financeira útil.
10. Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas: Conceitos, Classificação, Mensuração, Reconhecimento e Divulgação.
11. Sistemas de Informações Contábeis.
12. Controle de Estoques.
13. Ativos não circulantes: Investimento, Imobilizado e Intangível.
14. Gestão de custos.
15. Métodos de custeio: custeio por absorção, custeio variável e custeio baseado em atividades (*activity-based costing* – ABC).
16. Custo-padrão.
17. Margem de contribuição, alavancagem operacional e ponto de equilíbrio (contábil, financeiro e econômico).
18. Demonstrações contábeis e notas explicativas.
19. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
20. Consolidação de Demonstrações Contábeis.
21. Análise financeira.
22. Análise Horizontal e Análise Vertical.
23. Indicadores (índices) econômico-financeiros: Liquidez, Rentabilidade, Endividamento (Estrutura) e Prazos médios.
24. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
25. Variações Patrimoniais.
26. Variações Ativas e Passivas.
27. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
28. Constituição Federal: Título VI – Capítulos I e II. Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000.
29. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.
30. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras.
31. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público.
32. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA.
33. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil.
34. Dívida Ativa.
35. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil.



36. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal.
37. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas.
38. Subsistemas contábeis do setor público.
39. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos.
40. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
41. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
42. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos.
43. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e Metodologias Existentes.
44. Fundamentos sobre controle, controle interno e controle externo na administração pública.
45. Transparência no setor público.
46. Acesso à informação.
47. Instrumentos de transparência fiscal.
48. Auditoria governamental.
49. Conceito de Auditoria.
50. Tipos de Auditoria, Objetivos, Finalidades, Princípios Básicos da Auditoria.
51. Técnicas Utilizadas na Auditoria. Papéis de Trabalho.
52. Perícia contábil.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, W. *Auditoria interna*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.



BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 7. ed. 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view>. Acesso em: 31 out. 2018.

CARVALHO NETO, A. A.; DE FREITAS, C. A. S.; CRUZ, I. B.; AKUTSU, L. Auditoria governamental. Tribunal de Contas da União: Brasília, 2011. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC PP 01. Dá nova redação à NBC PP 01 – Perito Contábil. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R3).pdf)>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG04\(R4\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG04(R4).pdf)>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf)>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado. <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27\(R4\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27(R4).pdf)>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC N.º 1.374/11. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR – COPEVE

EDITAL Nº 645, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em:
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC N.º 1.374/11. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em:
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1138.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

GARRISON, R. G.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. *Contabilidade Gerencial*. 14 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDICIBUS, S.; MARTINS, E. *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018.

HIGUCHI, H. *Imposto de renda das empresas: interpretação e prática*, atualizado até 10-01-2015. 40. ed. São Paulo: IR Publicações Ltda.

JIAMBALVO, J. *Contabilidade Gerencial*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MARTINS, E. *Contabilidade de custos*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>>. Acesso em 31 out. 2018.

PADOVEZE, C. L. *Sistema de informações contábeis: fundamentos e análise*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras*. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.



CARGO: ENGENHEIRO (AGRONOMIA)

QUESTÕES: 30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. FITOTECNIA: Olericultura, fruticultura, Grandes culturas (soja, milho, arroz, feijão e café), Cultivo protegido.
2. Experimentação agrícola: Delineamentos experimentais, testes de médias e Regressão.
3. Agroecologia.
4. Solos: manejo e conservação, adubos e adubação.
5. Fitossanidade: doenças e pragas das principais culturas. Manejo de Plantas Daninhas. Receituário Agrônomo.
6. Administração, economia e extensão rural.
7. Perícia, avaliação e arbitragem.
8. Irrigação e drenagem.
9. Máquinas e mecanização agrícola.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R.L. et al. Cultivo em ambiente protegido – Histórico, Tecnologia e Perspectivas. São Paulo: Aprenda Fácil. 2004. 332p.

ALBERTO FILHO, Reinaldo Pinto. Da perícia ao perito. 2. ed. rev., amp. e atual. Niterói (RJ): Impetus, 2010. 439 p. ISBN 9788576264484 (broch.).

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 237p.

ARBAGE, A.P. Fundamentos de Economia Rural. Santa Catarina: Argos, 2012. 307 p.

BERNARDO, Salassier. Manual de irrigação. 8.ed. rev. e ampl. Viçosa: Imprensa Universitária, 2006. 625 p. ISBN 8572690158: (broch.).

BLUMER, A. Sociologia rural: textos. Lavras: UFLA, FAEPE, 2000. 95 p. (Textos acadêmicos).

BORÉM, Aluizio. Agricultura de precisão. Viçosa: UFV, 2000. xiv, 467 p.

Código de ética profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, 9ª Edição. Brasília: CONFEA, 2014. 77 p.

EPSTEIN, Emanuel; BLOOM, Arnold J. Nutrição mineral das plantas: princípios e perspectivas. Londrina: Planta, 2006. 401 p., [402-403] p. ISBN 8599144030.

FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2000. 402 p.

FONTES, J. R. A. et al. Manejo integrado de plantas daninhas. Planaltina: Embrapa-CPAC, 2003. 48 p.

LANDGRAF, Paulo Roberto Correa; PAIVA, Patrícia Duarte de Oliveira. Floricultura produção e comercialização no Estado de Minas Gerais. 2008. 101 p.

Manual de Orientação sobre Receituário Agrônomo. Curitiba: CREA-PR, 2016. 66 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR – COPEVE

EDITAL Nº 645, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2018

MACHADO, Antônio Lilles Tavares; REIS, Ângelo Vieira dos; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. dos S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. 2. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 257p.

MESQUITA, C. M. de et al. Manual do café: implantação de cafezais Coffea arábica L. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016. 50 p. il.

OLIVEIRA NETO, A. A. de. A Cultura do arroz. Brasília, DF: CONAB, 2015. 179 p.

PAULA JÚNIOR, T.J.; VENZON, M. 101 Culturas: Manual de Tecnologias Agrícolas". Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 800p.

PIMENTEL-GOMES, F. Curso de Estatística Experimental. Piracicaba: FEALQ, 2009. 451 p.

PRADO, R. de M., CAMPOS, C. N. S., PRUSKI, F. F. (Ed). Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. 2. ed., atual. e ampl. Viçosa: UFV, 2009. 279 p.

SILVA, R.A.G. Administração Rural. Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2013. 230 p.

SILVA, R.C. Extensão Rural. São Paulo: Érica, 2014. 136 p.



CARGO: MÉDICO-ÁREA (MEDICINA DO TRABALHO)

QUESTÕES: 30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Orientado pela Matriz de Competências Essenciais Requeridas para o Exercício da Medicina do Trabalho/Anamt, pela “Descrição Sumária do Cargo” e pela “Descrição de Atividades Típicas do Cargo”, conforme consta do Edital de convocação do concurso/2018. Sendo assim,

- 1. Transformações do mundo do trabalho e seus efeitos na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.**
- 2. Atenção integral à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, em nível individual e coletivo.**
 - 2.1. No âmbito individual, compreende ações de assistência, incluindo consultas e atendimentos médicos, investigando possível relação entre o problema de saúde-doença e o trabalho atual e/ou pregresso desempenhado pelo trabalhador ou pela trabalhadora. O cuidado integral dos trabalhadores e das trabalhadoras com agravos à saúde relacionados com o trabalho, incluindo ações de promoção, proteção, vigilância e assistência incluindo reabilitação e acompanhamento de processos de re-inserção no trabalho.
 - 2.2. No âmbito coletivo, compreende o conhecimento dos processos de trabalho, a avaliação dos riscos para a saúde física e mental dos trabalhadores e das trabalhadoras; a análise da situação de saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, a partir de dados epidemiológicos e sociais. Desenvolvimento de ações de promoção, proteção e vigilância da saúde. Manejo da informação de saúde, acesso e análise de banco de dados sobre a situação de saúde.
- 3. Conceitos e metodologias da epidemiologia, da toxicologia ocupacional, da higiene ocupacional e da ergonomia.**
- 4. Política e Gestão em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.**
 - 4.1. Formulação e implementação de políticas de saúde, incorporando as diretrizes da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para o SUS; da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e outras diretrizes internacionais sobre o tema. Coordenação de programas e serviços em saúde, perícias, auditorias e sindicâncias médicas.
- 5. Fundamentos conceituais e metodológicos sobre educação em saúde, trabalho em equipe e gestão compartilhada; mediação de conflito.** Elaboração de documentos e material pedagógico, destinados a difusão de conhecimentos da área, atividades de ensino, pesquisa e extensão
- 6. 4. Legislação Aplicada à Saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras:** leis e regulamentos de Saúde Pública, na esfera do Trabalho e Previdência e normas e convenções internacionais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, IM. Caminhos da análise de acidentes do trabalho. – Brasília: MTE, SIT, 2003. Disponível em <http://www.segurancaetrabalho.com.br/download/caminhos-analise-acidentes.pdf>

ANAMT. A inclusão de pessoas com deficiência. O papel de médicos do trabalho e outros profissionais de saúde e segurança. 2ª edição, 2016. Disponível em



http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/arquivos_diversos_18520161439487055475.pdf

ANAMT. Atualização em Vacinação Ocupacional – Guia Prático. Disponível em http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/sugestoes_de_leitura_171220131126567055475.pdf

ANAMT. Competências essenciais requeridas para o exercício da medicina do trabalho - atualização 2018. Disponível em

<https://www.anamt.org.br/portal/2018/09/26/competencias-essenciais-requeridas-para-o-exercicio-da-medicina-do-trabalho-atualizacao-2018/>

ANDRADE FILHO, Aderbal; CAMPOLINA, Délio; DIAS, Mariana B. Toxicologia na prática clínica. 2.ed. Folium, 2013.

BANDINI, M. et al. Efeito do rastreamento do uso de álcool e drogas entre trabalhadores. Projeto Diretrizes AMB. Disponível em <http://diretrizes.amb.org.br/category/medicina-do-trabalho/>.

BRANDIMILLER, Primo, Alfredo. Conceitos Médico Legais para indenização do dano corporal. São Paulo: Thomson Reuters, Brasil, 2018.

BRASIL. Diretrizes de Implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS. Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, 2014. Disponível em <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/diretrizes-implanta%C3%A7%C3%A3o-vigil%C3%A2ncia-sa%C3%BAde-trabalhador-sus>

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA). Diretrizes para Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho. Rio de Janeiro: Inca, 2012. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf

BRASIL. Portaria Federal nº 1.339/GM-MS, de 18 de novembro de 1999. Institui a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho, no Sistema Único de Saúde, para uso clínico e epidemiológico, constante no Anexo I desta Portaria. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_2ed_p1.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 1.984, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014 Lista Nacional de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1984_12_09_2014.html

BRASIL. [Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004](#). Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços



- correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm
- BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- BRASIL. Normas Regulamentadoras sobre o Trabalho. Disponível em <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>
- BUSCHINELLI, José Tarcísio P. Manual de Orientação sobre controle médico ocupacional da exposição a substâncias químicas. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2014/3/manual-de-orientacao-sobre-controle-medico-ocupacional-da-exposicao-a-substancias-quimicas>
- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. Disponível em http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf
- Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica, 2018. Disponível em <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra.asp> Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2183/2018. Dispõe de normas específicas para médicos que atendam o trabalhador. Disponível em http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1998/1488_1998.htm
- FLETCHER, Robert; FLETCHER, Suzanne; FLETCHER, Grant. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais. 5. ed. Artmed, 2014.
- HARADA, Maria; PEDREIRO, Manilde; VIANA, Dirce. Promoção da Saúde - Fundamentos e Práticas. 1.ed. Yendis, 2013
- International Commission Occupational Health – ICOH. Código Internacional de Ética, 3. ed. 2016. Edição traduzida por Mendes, R & Faccy, R. Disponível em http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/arquivos_diversos_31320161437387055475.pdf
- MENDES, René. Patologia do Trabalho. 3.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atheneu, 2013.
- MENDES, René. Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador. 1.ed. Novo Hamburgo/RS: Proteção, 2018.
- Organização Mundial da Saúde. Ambientes de trabalho saudáveis: um modelo para ação para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais. Disponível em http://www.who.int/occupational_health/ambientes_de_trabalho.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. Diretrizes sobre sistema de segurança e saúde no trabalho. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/safework/pub/diretrizes_sobre_gestao_364.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. Enciclopédia 056 – Prevenção de acidentes maiores. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/safework/pub/prevencao_de_acidentes_industriais_maiores_367.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: Um instrumento para uma melhoria contínua. Edição: Abril 2011. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_154878.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR – COPEVE



EDITAL Nº 645, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Tribunal Superior do Trabalho. Programa Trabalho Seguro - Programa Nacional de Prevenção
de Acidentes do Trabalho. Disponível em
<http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/apresentacao>.



CARGO: PRODUTOR CULTURAL

QUESTÕES: 30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Cultura e sociedade: cidadania cultural, diversidade cultural, promoção e proteção do patrimônio cultural e economia da cultura.
2. Políticas públicas para a cultura e financiamento.
3. Aspectos relevantes no planejamento de produção e na produção executiva, como aspectos jurídicos, financeiros e comunicacionais de ações e eventos artísticos e culturais.
4. Aspectos específicos da produção cultural.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Romulo. O avesso da cena – notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2013.

BARROS, José Márcio (Org.). Diversidade Cultural – da proteção à promoção, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Lei 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 331 p. – parte 1

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp/Ed. Iluminuras, 1997.

DUPIN, Giselle. Dez anos da Convenção da Diversidade Cultural – contribuições para um balanço. In: KAUARK, Giuliana, BARROS, José Márcio, MIGUEZ, Paulo (Orgs.). Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes. Salvador: EDUFBA, 2015. P. 15-57.

FONSECA, Maria C. Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p 56-76.

MALAGODI, Maria Eugenia; CESNIK, Fábio de Sá. Projetos culturais – elaboração, aspectos legais, administração, busca de patrocínio. São Paulo: Escrituras, 2004.

NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. Guia brasileiro de produção cultural 2010/2011. São Paulo: SESC – SP, 2010.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura. São Paulo: Editora Manole, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

UNESCO. Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, adotada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 33ª sessão, 2005. Disponível em:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR – COPEVE



EDITAL Nº 645, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2018

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742por.pdf>_ Acesso: 13 de outubro de 2018.